

**PROJETO DE LEI Nº 013/2021 DE 03 DE MARÇO DE 2021.**

*"Dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Itapiratins - TO".*

Faço saber que a Câmara Municipal de Itapiratins – TO, Estado do Tocantins, **APROVA** e eu Prefeito Municipal no uso de minhas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, **SANCIONO** a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituída a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do município de Itapiratins - TO.

**Art. 2º.** O benefício eventual é uma modalidade de proteção social básica de caráter suplementar, temporário, emergencial e transitório na forma de bens materiais para reposição de perdas e danos, com a finalidade de atender situações de vulnerabilidade ou enfrentar contingências, de modo a reconstruir a autonomia através da redução de impactos decorrentes de riscos sociais, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, (Lei Federal nº 12.435/2011) com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

**Art. 3º.** O Benefício Eventual destina-se às famílias e pessoas com impossibilidades de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, eventos inesperados e repentinos, que provoquem riscos sociais e fragilizam a manutenção do indivíduo, da unidade familiar e a sobrevivência de seus membros.

**§1º.** A comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual será realizada por profissionais de nível superior das equipes de referência do SUAS (conforme NOB – RH / SUAS/06), seja na demanda espontânea, nas demais formas de atendimento ou no processo de acompanhamento familiar. Sendo vedada qualquer comprovação complexa e vexatória de pobreza ou de situações que provoquem constrangimento;

**§2º.** A concessão do benefício eventual pressupõe o encaminhamento aos serviços, programas, projetos e demais benefícios socioassistenciais e às demais



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS**  
**CNPJ 37.425.683/0001-39**  
**ADM.: 2021/2024**

políticas públicas, quando necessário, para garantir proteção social efetiva, respeitando-se, contudo, na livre adesão dos beneficiários.

**Art. 4º.** Para o requerimento de concessão dos Benefícios Eventuais é necessário atender os seguintes critérios:

- I - Possuir domicílio fixado – urbano ou rural - no município de Itapiratins/TO;
- II - O requerente ser o responsável pela unidade familiar ou pessoa de referência e possuir idade mínima não inferior a 16 anos;
- III - Para avaliação da concessão de Benefícios Eventuais é necessário apresentar os seguintes documentos:
  - a) Essenciais: documento de identificação com foto e comprovante de residência atual, do ano em curso (fatura de água, luz, e outros);

**§1º** Em caso de perda ou roubo da documentação, apresentar documento comprobatório da ausência dos mesmos;

**§2º** O técnico poderá solicitar outras documentações, se assim julgar necessárias, para formular seu parecer;

IV - Para acesso aos Benefícios Eventuais será considerado a situação de vulnerabilidade mediante avaliação técnica e parecer. Tendo em consideração tanto à vivência de situações de vulnerabilidade material quanto à vivência de situação de vulnerabilidade relacional.

V - Cabe ao profissional eleger quais outros instrumentos utilizará para conduzir a avaliação, bem como a necessidade de executar visita domiciliar.

**Art. 5º.** Os benefícios eventuais a serem concedidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social são os seguintes:

- I – Auxílio natalidade
- II – Auxílio funeral;
- III – Auxílio alimentação;
- IV – Auxílio Moradia;
- V - Documentação civil básica;
- VI – Transporte aéreo e terrestre ou passagens;





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS**  
**CNPJ 37.425.683/0001-39**  
**ADM.: 2021/2024**

VII – E outros que comprometam a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família.

**Seção I**  
**Auxílio Natalidade**

**Art. 6.º.** O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação temporária não contributiva, de assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

**Art. 7.º.** auxílio natalidade é destinado à família e deverá alcançar, preferencialmente:

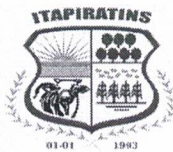
- I - atenções necessárias ao nascituro;
- II - apoio à mãe no caso de morte do recém- nascido;
- III - apoio à família no caso da morte da mãe;
- IV - outras providências que os operadores da Política de Assistência Social julgarem necessárias.

**Parágrafo Único** - Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, sendo considerado o número igual ao dos nascimentos ocorridos, ou seja, nascimento de gêmeos, trigêmeos e etc. Observando a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

**Art. 8.º.** O requerimento do auxílio natalidade deve ser realizado até no máximo 30 (trinta) dias após o nascimento da criança, mediante apresentação dos seguintes documentos, além de satisfazer os critérios previstos no Art. 4º deste decreto: RG, CPF, Carteira da Gestante, Declaração do nascimento da Maternidade ou Certidão de Nascimento.

**SEÇÃO II**  
**Do Auxílio Funeral**

**Art. 9.º.** Benefício eventual, na forma de Auxílio Funeral, constitui-se em uma prestação temporária não contributiva, de Assistência Social, em bens ou em



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS**  
**CNPJ 37.425.683/0001-39**  
**ADM.: 2021/2024**

prestação de serviço, para contornar vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família.

**Art. 10º.** O alcance do auxílio funeral, preferencialmente, será distinto em modalidade de:

- I - custeio de velório, incluindo urna funerária e traslado quando necessário;
- II - oferta de serviços socioassistenciais para atender necessidades urgentes da família para enfrentar os riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros;

**Art. 11º.** O auxílio funeral deve ser requerido diretamente por integrante da família beneficiária: mãe, pai, filhos, cônjuge, parente ou pessoa autorizada mediante procuração.

**§1º** O requerimento do auxílio funeral deverá ser apresentado após o falecimento, diretamente junto ao órgão gestor ou indiretamente, através de outros órgãos ou instituições municipais.

**§2º** Para obtenção deste benefício, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, além de satisfazer os critérios previstos no Art. 4º deste decreto:

- I - Documentos pessoais do requerente;
- II - Comprovante de residência do requerente;
- III - Certidão de Óbito.

### **SEÇÃO III**

#### **Do Auxílio Alimentação**

**Art. 12º.** O Benefício Eventual, na forma de Auxílio Alimentação ou cesta básica, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, através do fornecimento de gêneros alimentícios básicos para famílias em situação de vulnerabilidade social, para reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas, garantindo uma alimentação saudável com qualidade e quantidade.





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS**  
**CNPJ 37.425.683/0001-39**  
**ADM.: 2021/2024**

**Art. 13º.** O benefício auxílio alimentação terá os seguintes critérios para concessão:

- I – insegurança alimentar causada pela falta de condições socioeconômicas geradas pelo desemprego/subemprego, para manter uma alimentação digna, saudável, com qualidade e quantidade;
- II – morte e/ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar;
- III – emergência e calamidade pública.

**Parágrafo Único** - Em hipótese alguma o município efetuará o ressarcimento a família, caso tenha adquirido produtos de terceiro.

**Art. 14º.** O auxílio alimentação poderá ser concedido até seis vezes, com intervalo mínimo de 30 dias, no período de doze meses, podendo o prazo ser prorrogado ou reduzido mediante avaliação técnica, desde que respeitada o aspecto da eventualidade.

**Parágrafo Único** - Os indivíduos e suas famílias que acessarem este benefício eventual serão encaminhados, sempre que possível, aos serviços socioassistenciais da rede municipal, objetivando promover o desenvolvimento pessoal e profissional, com vistas à superação da situação de vulnerabilidade, através do acompanhamento familiar.

**SEÇÃO IV**  
**Do Auxílio Moradia**

**Art. 15º** O Benefício Eventual, na forma de Auxílio Moradia, consiste em prestação pecuniária, produtos e serviços, concedido a famílias e indivíduos Itapiratinenses, que estejam em situação de vulnerabilidade temporária, caracterizada pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, que deve ocorrer:

- I – Para garantir proteção na situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS**  
**CNPJ 37.425.683/0001-39**  
**ADM.: 2021/2024**

II – Quando ocorre a perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

III – Para garantir moradia nas situações de desastres e de calamidade pública; e

IV – Em outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

**Art. 16º** O Auxílio moradia será concedido nas seguintes modalidades:

I - Provisões de acesso ou melhoria de unidade habitacionais, com concessão de materiais de construção avulsos e mão-de-obra;

II - Aluguel social

**Art. 17º.** São requisitos para a concessão do Auxílio Moradia:

I – Em caso de calamidade pública, a comunicação formal por órgão competente da Prefeitura Municipal de Itapiratins, relatando o atendimento realizado à família, com solicitação para sua inclusão no benefício do Auxílio Moradia, acompanhado do Relatório de Atendimento à Família elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Assistência Social do município;

II – Famílias e indivíduos que estão em situação vulnerabilidade transitória ou temporária, em situação de risco social e/ou de desabrigo compulsório, capazes de atender as necessidades vitais básicas do ser humano.

III – Para o requerimento é necessário atender os critérios contidos no artigo 4º da presente lei;

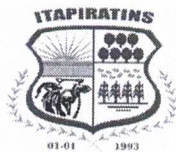
**Art. 18º.** O Auxílio Moradia na modalidade de aluguel social será concedido por um período de 06 (seis) meses, podendo ser renovado por igual prazo, mediante a necessidade evidenciada através de relatório de profissional componente da equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**§1º** É de responsabilidade exclusiva do beneficiário do Auxílio Moradia encontrar local seguro, bem como apresentar toda documentação necessária junto a Secretaria Municipal de Assistência Social:

I – Cadastro da Pessoa Física (CPF) do beneficiário e do locatário;

II – Carteira de Identidade do beneficiário e do locatário;





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS**  
**CNPJ 37.425.683/0001-39**  
**ADM.: 2021/2024**

III – Comprovante de residência da casa onde o beneficiário irá residir por período determinado pelo Auxílio Moradia;

**§2º** A Secretaria Municipal de Assistência Social fará contrato de locação com o proprietário do imóvel alugado.

**§3º** O valor do Auxílio Moradia de que trata a presente Lei será regulamentado através de Decreto do Executivo Municipal.

**§4º** O morador deve arcar com as despesas referentes a água e luz, bem como entregar o imóvel nas condições em que recebeu.

**§5º** Os beneficiários do Auxílio Moradia deverão ser encaminhados para realização do Cadastro Habitacional Popular.

**Seção V**  
**Do Auxílio Documentação Civil Básica**

**Art. 19º.** Auxílio Documentação consiste em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, garantindo ao beneficiário e sua família a obtenção dos documentos civis básicos de que necessitem desde que não disponham de condições financeiras para adquiri-los, além de satisfazer os critérios previstos no Art. 4º desta lei.

**Art. 20º.** O Auxílio Documentação é destinado, para obtenção dos seguintes documentos:

I – Carteira de Identidade – Registro Geral (RG);

II – Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III – Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

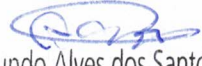
IV – Custeio das despesas para expedição de fotos necessárias à obtenção de documentação civil.


**SEÇÃO VI**  
**Do Auxílio Transporte**

**Art. 21º.** O Benefício Eventual na forma de Auxílio Transporte consistirá no fornecimento de passagens terrestres, aéreas e ou custeio no transporte para traslado, para os indivíduos que, além de satisfazer os critérios previstos no Art. 4º

  
**Reinaldo Pires Leal**  
Presidente  
Câmara Municipal de Itapiratins



  
**Raimundo Alves dos Santos**  
VICE-PRESIDENTE  
CPF: 284.886.101-06

  
**Izaac Silva de Sousa**  
1º SECRETÁRIO  
CPF: 005.975.451-62

**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS**  
**CNPJ 37.425.683/0001-39**  
**ADM.: 2021/2024**

  
**José Milton Pereira da Silva**  
2º SECRETÁRIO  
CPF: 663.346.081-34

desta Lei, apresentem documentos comprobatórios que justifiquem a ocorrência de uma situação eventual e inesperada, que coloca a família ou indivíduo em risco e insegurança social.

**Parágrafo Único** - A modalidade de concessão será definida conforme Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

**Art. 22º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

REGISTRE – SE,


PUBLIQUE – SE

E CUMPRA - SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapiratins, Estado do Tocantins, aos 03 dias do mês de março de 2021.

  
**SANDRO RODRIGUES DE SOUZA**  
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS  
PLENÁRIO  
☐ APROVADO  
☐ REJEITADO  
Data 04/03/2021  
Seção 14330/1001  
  
SECRETÁRIO(A)

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS  
PLENÁRIO  
☐ APROVADO  
☐ REJEITADO  
Data 05/03/2021  
Seção 14330/1001  
  
SECRETÁRIO(A)